

# LITERATURA, DIREITOS HUMANOS E NARRATIVOS

*Tatiana Pequeno*<sup>1</sup>

*Veronica Prudente*<sup>2</sup>

---

A possibilidade de uma resposta ética ao rosto, portanto, requer a normatividade do campo visual: já existe não só um quadro epistemológico dentro do qual o rosto aparece, mas também uma operação de poder, uma vez que somente em virtude de certos tipos de disposições antropológicas e quadros culturais determinado rosto parecerá ser um rosto humano para qualquer um de nós. Afinal, sob quais condições alguns indivíduos adquirem um rosto legível e visível, e outros não? Há uma linguagem que enquadra o encontro, e embutido nessa linguagem está um conjunto de normas referentes ao que constituirá e não constituirá a reconhecibilidade.

Judith Butler, **Relatar a si mesmo**.

## I – INTRODUÇÃO

A literatura pode propor inúmeras formas de ler o mundo através da sua relação com o social e com a vida humana — aliás, “a literatura e a vida” se efetiva cada vez mais como um tema crítico e teórico, para além de uma prática. A literatura transita por múltiplas fronteiras e dialoga frontalmente com os impasses incontornáveis da história. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (Organização das Nações Unidas, 1948), que completa agora 77 anos, visa à “proteção universal dos direitos humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, religião ou qualquer outra condição”. No entanto, no bojo de um tempo problemático, quando novas guerras emergem, estamos em 2025 ainda pensando em como sobreviver num mundo repleto de desigualdades e verificamos que ainda estamos muito longe desse ideal de direitos.

Como disse o poeta Carlos Drummond de Andrade, em nota à primeira edição de sua **Antologia Poética**, em 1962: “Acho que a literatura, tal como as artes plásticas e a música, é uma das grandes consolações da vida, e um dos modos de elevação do ser humano sobre a precariedade da sua condição”. Dessa maneira, o literário pode incidir sobre a precariedade e sobre a vulnerabilidade, permitindo também senão uma intimidade com o simbólico, também algum refúgio à dor de escancaradas dívidas históricas que não cessam de se revelar.

O dossiê “Literaturas de língua portuguesa, relatos de si e direitos humanos” que ora publicamos surgiu a partir de inquietações relacionadas às especificidades das produções modernas e contemporâneas em que o relato ou a narrativa de si — ainda que o si seja da ordem da performatividade — provoquem a tradição literária em suas categorias mais estanques. Nesse sentido, pareceu conveniente questionar quais seriam os limites e as relações entre a literatura e a narração de si no contexto da produção literária portuguesa, angolana, guineense, caboverdiana, moçambicana ou santomenense para avaliar em que medida um recorte de tal produção demonstraria a insistência ou a predominância de temáticas semanticamente próximas da questão sobre o eu que é instado a dizer algo de si ou dos seus com o objetivo de afirmar a vida ou ratificar o direito à memória.

São muitos os exemplos dessa tópica que surgem nas literaturas de língua portuguesa principalmente a partir de meados do século XX. Ao exibirem as falhas nas malhas tecidas pelo projeto colonial, muitos textos apontam para a falência da longevidade do regime fascista em Portugal que, a partir dos anos de 1950, começou a claudicar. Não obstante, pareceu oportuno discutir como a literatura engendra os conflitos, as diferenças entre o *eu* e o *outro*, uma vez que na história das literaturas de língua portuguesa a precedência de um *eu* centrado e relativamente estável, o homem português, avalizou e definiu um tipo único de sujeito e um modo bastante específico de o humano desse contexto linguístico processar sua relação com a linguagem. É um tanto nessa direção que Alexandre Mountaury aponta para como o modo comparativo de ler as literaturas de língua portuguesa permite uma leitura de incongruências e impasses culturais e simbólicos consistentes, especialmente a partir da segunda metade do séc. XX:

O diálogo entre cosmovisões diversas pode produzir novos laços, novos nexos, novos pactos e alianças comunitárias, não mais amparadas no sentido metafísico de “pertença mútua” ou de “dádiva recíproca” (Francisco de Sá, 2010, p. 9), mas voltadas para o reconhecimento, a reparação e a descolonização do pensamento. É nesse sentido que as literaturas produzidas em língua portuguesa, lidas em perspectiva comparada, podem ser um corpus que se define como instância privilegiada para a reelaboração simbólica das experiências de assimetrias, tensões, divisões e apropriações culturais. (Mountaury, 2025, p. 45)

Com efeito, demonstra ser produtivo pensarmos a partir das ideias de assimetrias e tensões já que, de alguma maneira, então, alguns sujeitos passam a existir de modo mais consistente em Portugal a partir da Revolução dos Cravos, demonstrando que o aspecto revolucionário consistiu também na direção da assunção de outras formas de subjetividade, como bem o demonstrou a ficção de Maria Judite de Carvalho, Lídia Jorge, Maria Gabriela Llansol, Maria Velho da Costa, Maria Isabel Barreno e Maria Teresa Horta, dentre outras, por exemplo. Ao exporem as nervuras dos pactos sociais, culturais e identitários que sustentaram a limitação subjetiva de muitos, dos já referidos outros, afinal, escritores revelados a partir da segunda metade do século XX em Portugal desvelaram o quanto era custoso sustentar simbolicamente as hegemonias. É o que Maria Graciete Besse defende sobre a narrativa portuguesa em um importante artigo a partir de Mário de Carvalho:

(...) importa-nos sublinhar que uma parte da literatura portuguesa contemporânea se interessa particularmente por duas questões relacionadas com a mudança que se observa no campo cultural: a desmistificação da história entendida como realização progressiva da humanidade e o questionamento de noções como o poder, o cânone, o gênero, a verdade, o sujeito racional e unitário, cujas raízes mergulham no Iluminismo. (Besse, 2016, p. 155)

Já na poesia, a reivindicação pela locução em primeira pessoa e o recurso da demanda por direito sobre o eu e sobre o si mesmo atingem, no século XX, uma radicalidade que, desde Fernando Pessoa, procura descentrar identidades e problematizar ideias de fragmentação e desmontagem. Mais adiante, a partir da década de 1960, Maria Teresa Horta evidencia reivindicações próprias de um eu já devidamente marcado. A subjetividade poética, aqui, se apresenta por meio de uma demanda de superação de um silêncio histórico:

Perguntaremos porquê  
o grito  
e o sangue  
com aves desventradas

ninguém à superfície  
do silêncio  
apercebeu o oceano  
coalhado na sombra  
salgada  
duma espada

Diremos o amor  
em cada nada  
repetindo luz  
nas pedras  
com mãos de água  
na verticalidade

alada  
de raiz  
sem órbita

A pele matinal  
das lágrimas  
é uma morte  
por cada madrugada  
(Horta, 2009, p. 78)

O poema “Amor”, de **Cidadelas submersas**, publicado em 1961, parece convocar um campo de imagens vencidas, que possivelmente se referem à situação política e orgulhosamente só daquele Portugal que desde meados dos anos de 1950, apostava todas as suas fichas na conflagração de uma guerra totalitária e sangrenta contra as identidades guerrilheiras da primeira metade do século XX na África por ele colonizada. Nesse sentido, a segunda estrofe do poema apontaria para o limite de uma radicalidade da identidade portuguesa que, nessa altura, já pressupunha o seu naufrágio: “ninguém à superfície/ do silêncio/ apercebeu o oceano/ coalhado na sombra/ salgada/ duma espada”.

Ao poetizar suas formas de luta, o trabalho de Horta revela a assunção de sujeitos poéticos interessados em não apenas representar, mas sujeitos capazes de apresentar ou mesmo testemunhar outras formas de eu que resvalam sobre a própria tradição teórica a respeito da mimesis. É flagrante, pois, como outros eus se desvelam nas literaturas de língua portuguesa a partir desse contexto. Da poesia cantalutista dos países africanos que reivindicam suas independências, passando pela *queeridade* ou pelo homoerotismo da voz de poetas que publicam nos anos de 1970 e 1980 até toda vertigem provocada pela contundência da escrita de mulheres, traduz-se um projeto de assumir-se outro e, em boa medida, confrontar o eu hegemônico em suas categorias de centralidade, estabilidade e inteireza. Para o caso da escrita de mulheres, Alexandre Montauray afirma:

Diante de todo este quadro de disputa narrativa — o salazarismo produzindo as suas ficções oficiais, e as culturas de resistência combatendo-a sem diferentes suportes artísticos e intelectuais —, resta observar o caráter identitário desta Revolução. Trata-se de uma mudança política muito importante que revela um claro ímpeto antifascista e anticolonial e que se reveste de um caráter ainda pouco explorado nas pesquisas desenvolvidas sobre este contexto revolucionário: a questão de gênero. O regime salazarista era um regime de homens. As cabeças que pensavam os rumos do país eram cabeças masculinas e claramente misóginas. A legislação da época determinava claramente uma política excludente de gênero. Dito de maneira ainda mais clara, os direitos das portuguesas eram muito menos visíveis do que os direitos dos portugueses. A Revolução dos Cravos veio também para atenuar esta

desigualdade, ao conferir às mulheres, por exemplo, direitos que foram consignados na Constituição de 1976, só em 1976, que assegura o pleno princípio de igualdade entre homens e mulheres. Este aspecto não é um aspecto menor. (Montauray, 2025, p. 47)

Questão que, para o nosso dossiê, já aparece como registrada, especialmente por trabalhos que discutirão as obras de Luiza Neto Jorge, Ana Margarida Carvalho, Vera Duarte e Odete Semedo.

## II - DESDOBRAMENTOS CRÍTICOS-TEÓRICOS

há  
sempre no lugar do morto um  
outro corpo novinho  
a reluzir...  
encravado numa morte antiquíssima  
mais antiga que o dilúvio  
e entretanto  
prestes a acender uma vela  
para que o rosto não se afogue  
na caligrafia do medo  
(haverá maior naufrágio?)  
(Pedro, 2019, p. 6)

O poema do moçambicano Mbate Pedro talvez revele como a contemporaneidade das literaturas de língua portuguesa aponte para perspectivas de suas singularidades e especificidades. Aqui, o sujeito poético parece demandar uma forma de vida que garanta uma sobrevivência diante das experiências maiores de naufrágio, evidenciando como se escreve “na caligrafia do medo” uma língua que autorize existir para além de uma necropolítica que inventaria corpos e catástrofes.

Em **Relatar a si mesmo: Crítica da violência ética**, a filósofa americana Judith Butler pondera, a partir de Nietzsche, que o relato de si costuma ser elaborado em função da interpelação de um outro. Uma vez implicados pelo chamamento — positivo, negativo ou simplesmente questionador — do outro, somos instados a responder de modo narrativo (ou lírico), fazendo uso da voz ou da escrita como forma de defesa. No âmbito dos impasses experimentados pelas subjetivações de raça, classe, gênero e sexualidade, a questão relacionada às interpelações do outro muitas vezes responde a um desejo ou a uma necessidade de afirmação e/ ou manutenção da sobrevivência daquele *eu* que passa a criar, fabular ou dar testemunho de si para inclusive buscar alguma alternativa fora da condição perene de outridade.

Butler diz: “Relatamos a nós mesmos simplesmente porque somos interpelados como seres que foram obrigados a fazer um relato de si mesmo por um sistema de justiça e castigo” (Butler, 2015, p. 22), o que nos leva a refletir sobre quando e como a produção literária pode atestar ou mimetizar

essa necessidade de afirmação de uma forma de vida, em geral atravessada por marcadores raciais, sexuais, de classe ou gênero, conforme indicamos anteriormente. Dessa forma, parece interessante apontar que o referido livro de Butler oferece uma profícua crítica da filosofia política e das tradições filosóficas da ética e da moral, oportunizando uma longa discussão a respeito do nascimento do eu, do sujeito e dos processos mais recentes de subjetivação. O eu também *se* perfaz de modo ativo e criativo dentro dessas normas, evidenciando uma espécie de *poiesis* de si.

Um fazer-se por meio dos relatos que, porém, não operam para além das práticas de subjetivação, uma vez que qualquer criação de si é limitada e possibilitada por normas prévias, investidas de poder. No caso das narrativas literárias, considerando sua pertença ao campo do simbólico, quais seriam os limites dessa criação que esbarra, frequentemente, no Poder?

Não obstante, interessa para este dossiê avaliar em que medida a criação, no âmbito das literaturas de língua portuguesa, evoca ora testemunhos, ora representações dos impasses de uma subjetividade permeada pelas interpelações do outro, já que para Foucault a ética não é uma produção livre do sujeito porque consiste efetivamente num trabalho de delimitação crítica da parte de si que pode ser objeto de transformação moral. A crítica, ao operar dentro e contra as normas, revela os limites históricos do que pode ser considerado um sujeito inteligível. Dessa forma, criar-se a si relatar a si mesmo, especificamente no capítulo em que trata das “Cenas de Interpelação”, a autora demonstra como, a partir das aproximações entre Nietzsche e Freud, — uma vez que ambos parecem perceber a moral como produto de medo, repressão e agressividade — chegamos a uma interpretação cínica da moralidade, que poderia ser, por isso, reduzida a um temor da punição.

Para a proposta que fizemos para a constituição do presente dossiê, importa considerar que Foucault, pela perspectiva de Butler, parece afastar-se desse modelo ao reformular a ética nos anos 1980. Em vez de reduzir a moral a um escopo repressivo, ele procurou avaliar como dispositivos e suas normatividades historicamente estabelecidas perfazem um sujeito. Nesse sentido, Foucault (2009), de modo contrário à fase anterior de seu pensamento, passa a enfatizar que o sujeito mesmo implica expor tais limites numa espécie de “estética da existência” que mantém relação crítica com as normas vigentes. A partir do que evoca a escritora luso-angolana Djaimilia Pereira de Almeida, talvez seja possível verificar como tais questões se apresentam no âmbito da literatura:

A primeira imagem é a de uma multidão de amputados, na berma da estrada, agarrados a canadianas, cajados, arrastando-se. Angola, Guerra Civil. Chamavam-se “amputados de guerra” e pertenciam à vasta população de deslocados, fugidos a pé das províncias para Luanda. Eu era criança e custava-me olhar as suas feridas, às quais os próprios pareciam ter-se acostumado depressa. A maioria eram homens, muitos deles ainda muito jovens. Haviam perdido uma perna, ou ambas, nesse caso

faziam-se deslocar impulsionando o corpo pelo chão sujo com o próprio peso. Traziam os cotos dissimulados em rodilhas de sarja ou algodão sujo de sangue e de terra. Às vezes, tinham menos um braço, ou nenhum. Ninguém parecia repugnar-se ou estranhar os amputados. Caminhar por Luanda, naquele tempo, vinda da Europa, obrigava a tocar a superfície de um estranhamento a respeito da superfície. Aquele era o meu lugar (ainda que ali estivesse apenas de férias), tudo me era estranho, a tez dos transeuntes, próxima da minha, as cicatrizes dos corpos, causadas por doenças que não conhecia, os órfãos nas ruas, os albinos, que nunca vira. “Contempla a tua gente.” (Almeida, 2025, p. 112)

A narração de Almeida, retirada de uma obra que atravessa os processos de um luto e de uma melancolia gerados como efeitos de uma perda que não é apenas subjetiva mas sobretudo coletiva, o trecho demonstra como a materialidade da amputação nos corpos dos homens angolanos revela uma sequela trágica. A mutilação, nesse caso, atinge as parentalidades, as famílias, a nação que, comprometida, não poderá mais ser íntegra na sua relação com a humanidade, já que um sistema de amputações — a colonização, afinal — se efetivou como prática social. Entretanto, no contexto maior de um “romance” que não pôde ser concretamente escrito, a narrativa de Djaimilia parece questionar de modo subjetivante — utilizando de uma memória narrativa permeada pela intimidade e pelas rasuras da ficção que constrói para seu si-narrável — a própria condição faltante de uma escrita desse conflito da dupla nacionalidade ou da duplicada (amplificada, melhor dizendo) condição de estrangeiridade. Que livro? Que pai? Que nacionalidade?

Judith Butler, ao ler a questão dos relatos de si pela perspectiva da filósofa Adriana Cavarero, cujo livro **Olha-me e narra-me: filosofia da narração** foi publicado no Brasil no início deste ano de 2025, se interessa pelo modo como a italiana analisa a contribuição de Sófocles, Homero, Hannah Arendt, Elena Ferrante, Karen Blixen, Gertrude Stein e outros para discutirem como o Ocidente responde à uma questão básica constituidora da humanidade, o “Quem és?”. Isso significa dizer que desde a Antiguidade a literatura é atravessada por cenas de interpelação que mobilizam o *eu* numa relação com o *outro*. A pensadora americana destaca que, na experiência do relato e da narratividade de si, opera um conceito importante para Cavarero, o de unicidade, que muito interessa à literatura:

A unicidade do outro é exposta para mim, mas a minha também é exposta para o outro. Isso não significa que sejamos o mesmo, mas apenas que estamos ligados um ao outro por aquilo que nos diferencia, a saber, nossa singularidade. A noção de singularidade costuma estar ligada ao romantismo existencial e com uma pretensão de autenticidade, mas acredito que, precisamente por não ter conteúdo, minha singularidade tenha algumas propriedades em comum com a do outro e por isso, em certa medida, seja um termo substituível. Em outras palavras, mesmo que Cavarero argumente que a singularidade

estabelece um limite à substituíbilidade, ela também argumenta que a singularidade não tem conteúdo definidor além da irredutibilidade da exposição, de ser este corpo exposto a uma publicidade que é, variável e alternadamente, íntima e anônima. (Butler, 2015, p. 41)

De todo modo, talvez seja importante ratificar que o que interessa à Cavarero é demonstrar como a poesia (a literatura, de um modo geral), por meio da figuração que o poeta ocupa na cena desde a pólis antiga, é uma experiência garantidora da unicidade. É, portanto, a tendência ao particular — e não às abstrações universais — que torna as mulheres excelentes narradoras. Se expandirmos o campo do feminino aos sujeitos que se perfazem fora da categoria “homem universal”, veremos que escrever a unicidade passa a ser uma tarefa de qualquer um/a/e que exceda as convenções do Poder e das hegemonias:

Reconduzidas como Penélope, aos cômodos onde tecia e ficava, desde tempos antigos elas tecem tramas para os fios da narrativa. Elas de fato *teceram* histórias, permitindo que arrancassem sem cuidado a metáfora do *textum* [tecido] dos literatos de profissão. Antiga ou moderna, a arte delas inspira em uma sábia repugnância pelo abstrato universal e alcança uma prática cotidiana em que o conto é existência, relação e atenção. (Cavarero, 2025, p. 87)

### III – SOBRE OS TEXTOS SELECIONADOS PARA O DOSSIÊ

Com efeito, este número da **Revista Abril** pretendeu reunir artigos que sejam capazes de discutir, debater e amplificar as discussões em torno da literatura que opera pelo relato de si e/ ou seus congêneres, bem como pretende acolher textos que problematizem as elaborações do *eu* na relação com o *O/ outro*, ou ainda sobre as práticas de mediação — muitas vezes de força e violência — entre o *eu* e o *O/ outro*, em geral ainda distantes de uma ética da alteridade. Assim, ao pensar nas elaborações do “eu” em relação a/ ou em diálogo com o “O/ outro”, apresentamos em seguida os textos selecionados para este volume da **Revista Abril**.

Na seção de resenhas, temos a de Mário João Correia sobre a obra **Fernando Pessoa & Hegel: o poeta & o filósofo**, de Wanderley Dias da Silva, que investiga a unidade dramática formada pelos heterónimos Alberto Caeiro, Álvaro de Campos e Ricardo Reis a partir do ponto de vista da dialética hegeliana, ao considerar os conhecimentos filosóficos do próprio Pessoa e de como estes iluminam a criação heteronímica pessoana. Na resenha de Horácio Ribeiro Pires Peixoto sobre a obra **O que há num nome**, organizada por Tatiana Pequeno, Ida Alves e Monica Figueiredo, o autor observa que o fio que interliga a seleção de textos que integra o livro diz respeito a uma reflexão coletiva sobre o papel que o nome (tanto poético quanto os nomes próprios, literários e simbólicos) promovendo uma cartografia de vozes, memórias e afeto, e é este último que se destaca nesta obra que se percebe

como uma homenagem à poeta Ana Luísa Amaral. Já no texto resenhístico de Carlos Roberto dos Santos Menezes, ““A Poesia ensina a cair”, segundo Afonso Cruz”, o autor analisa a obra **Dieta da poesia** e aponta como Afonso Cruz tem se destacado como uma voz profícua da atualidade, se inscrevendo em uma confluência entre a ficção literária, a reflexão filosófica e a experimentação estética, revelando um estilo que transita entre o lúdico e o metafísico, o fragmentário e o intertextual. Concluindo a seção de resenhas, temos a análise de Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos intitulada “Entre fios e destinos: a teia de conexões em **Tudo-está-ligado**, de Pepetela”, que interliga o fio da memória familiar cuja origem remonta ao reino Tchiyaka, onde animais assumem funções narrativas relevantes, quase míticas, deslocando o protagonista do papel de observador para o de participante ativo em um universo no qual o humano e o animal interagem em tempos de crise.

Finalmente, na seção de artigos, o texto “**Pão de açúcar**, de Afonso Reis Cabral: uma análise da heterotopia e do ex-cêntrico no fio narrativo”, de Renan Menicucci Ferreira e Rodrigo Correa Martins Machado, trata da história de Gisberta, travesti soropositiva e imigrante brasileira que fora assassinada em Portugal. Através de um episódio real, vemos o entrecruzamento entre história e literatura, e observamos um percurso teórico que, entre outras referências clássicas e pós-modernas, traz o conceito de heterotopia, de Michel Foucault, e a topoanálise de Oziris Borges Filho para pensar o espaço como elemento simbólico e identitário, ao ficcionalizar a representação de sujeitos marginalizados e para uma reflexão sobre memória e múltiplas violências. Na mesma seara de pensar diferentes formas de violências, temos o texto de Cátia Wankler e Veronica Prudente, “Vivo entre mim e a angústia de mim”: breve ensaio **sobre Urdindo palavras no silêncio dos dias**, de Vera Duarte”, que analisa a obra escrita durante a pandemia e que traz à tona diversas reflexões sobre as vidas de milhares de pessoas que tiveram seus destinos marcados indelevelmente pela Covid 19 e pela violência das relações coloniais, cuja forja incentivou uma diáspora negra forçada para o Brasil, deixando marcas vivas desse passado entre nós. Ao refletir não apenas sobre as consequências ruins da escravização e da diáspora africana, o trabalho de Miguel Lombas trata sobre a “A interface artística: o *rap* e a literatura em diálogos”, provocando o diálogo entre o rap de MCK e os textos de **Estórias do musseque**, de Jofre Rocha, e **Dizanga dia muenhu**, de Boaventura Cardoso, construindo um discurso por meio de outro, a partir do que Mikhail Bakhtin designou por dialogismo e recorrendo ao conceito de intertextualidade discutido por Julia Kristeva.

Ao pensar no “Direito à Literatura”, de Antonio Candido, para uma formação humanizada e evocando não apenas o direito, mas a obrigatoriedade do ensino de literaturas que deem conta de refletir sobre a contribuição africana em nossa história e o atendimento à lei 10.639/2003, que ainda enfrenta desafios para sua efetiva implementação no âmbito escolar. Assim, o artigo de Eduardo Russell, “Do texto à lei: a presença das literaturas africanas na sala de aula brasileira”, analisa dados de uma pesquisa de doutorado sobre práticas pedagógicas da Educação Básica e evidencia que o ensino

de literaturas africanas se constitui como um gesto político de resistência e que contribui para a ampliação da valorização de memórias historicamente silenciadas e a promoção de uma educação antirracista.

Por sua vez, Carlos Henrique Fonseca discute o direito à memória, aos deslocamentos, avaliando as marcas deixadas pelo colonialismo na obra do cabo-verdiano Joaquim Arena, com o texto intitulado “Sobre deslocamentos e o direito à memória: a propósito de **Debaixo da nossa pele: uma viagem**, de Joaquim Arena”. O artigo “Era preciso escrever: as fragmentações de **Que importa a fúria do mar**”, de Géssica Moreira Ramos, sobre a obra de Ana Margarida de Carvalho, discute a ficcionalização de um acontecimento histórico que prendeu os revoltosos de 1934 e os enviou ao campo de concentração do Tarrafal. Ramos demonstra como a obra desenvolve as temáticas da resistência, memória e testemunho, considerando o ponto de vista dos “vencidos”, daqueles que lutavam por direitos trabalhistas e por liberdade no contexto do Estado Novo. Na esteira da ficção, Patrícia Martinho Ferreira, assina o artigo “**Nenhum olhar**: disforias de um universo em queda” e elege uma obra de José Luis Peixoto para pensar que a “reificação generalizada neste universo ficcional revela uma visão profundamente distópica e fatalista do mundo. Há mundo sem rosto? Haveria ainda mundo por vir?”

Ainda ao refletir sobre a contribuição das literaturas africanas para o direito à formação de uma consciência histórica, Betinha Yadira Augusto Bidemy Casimiro Sá e Angela Guida elegem o tema “A escrita de si dos corpos-vozes femininos na literatura guineense” e ratificam a importância de Odete Semedo como uma poeta atenta às pautas ligadas à alteridade feminina e aos direitos das mulheres guineenses, assim como Domingas Samy ao se dedicar às alteridades femininas e as tradições do povo guineense, entrelaçando literatura, política e direitos humanos na ótica de mulheres pretas. Por fim, Adrielle Figueiredo realiza “Uma leitura de “Metamorfose”, de Luiza Neto Jorge e “Prendas”, de Margarida Vale de Gato” e apresenta como inspiração o texto de Nara Vidal na ocasião da comemoração dos 50 anos do 25 de Abril, numa referência explícita à obra **Novas Cartas Portuguesas**, das três Marias, que foram símbolos de luta e resistência no contexto do Estado Novo. Os poemas analisados de Luiza Neto Jorge e Margarida Vale de Gato são formas de traduzir e evocar múltiplas vozes femininas e suas condições de metamorfose e animalidade por meio da imagem da cabra, reveladora da insubmissão nas lutas por liberdade e direitos.

Diante dos assombros da nossa contemporaneidade que violentam as telas das tvs e dos *smartphones*, cumpre-nos perguntar o que é ainda o rosto humano e o que ele representa. Saídos de um tempo orgulhoso de sua aceleração, em movimento vertiginoso de queda no qual os estertores dos vencidos das guerras pouco importam às lógicas da indiferença frente aos ritos de nossa (antiga?) civilização languageira. Entretanto, o direito à escrita, à voz e à narratividade figuram nos campos da arte e da literatura, ainda que os engajamentos atuais pareçam pouco se importar com a grandiloquência do horror, com a radicalidade da necropolítica e com a negação da ideia — e

mesmo da metáfora — da face humana que distingue cada um, cada uma enquanto a Terra treme em seus eventos-limite. Resta saber o que será do rosto, da nossa metamorfose e, por fim, do que faremos diante das formas contemporâneas do ódio e da descartabilidade das vidas, principalmente daquelas que pouco importam porque não têm — ou mesmo pouco tiveram — relatos de si autorizados ou mesmo reconhecidos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Djaimilia Pereira. **O livro do meu pai**. São Paulo: Todavia, 2025.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Antologia Poética**. 40<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

BESSE, Maria Graciete. “Há emenda para este país? Uma leitura de **Fantasia para dois coronéis e uma piscina**, de Mário de Carvalho”. In: **Corpos Cantantes: Estudos sobre a literatura portuguesa contemporânea**. Lisboa: Chiado, 2016.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo: Crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CAVARERO, Adriana. **Olha-me e narra-me: Filosofia da narração**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2025.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.

HORTA, Maria Teresa. **Poesia reunida**. Lisboa: Dom Quixote, 2009.

MONTAURY, Alexandre. “Notas sobre o discurso colonial salazarista e sobre a literatura revolucionária”. In: AMORIM, C.; FAGUNDES, M. et ali. **25 de Abril – 50 anos depois: recordar, refletir, reimaginar**. Vol. 2. São Paulo: Parábola Editorial, 2025.

PEDRO, Mbate. **Vácuos**. Recife: Cepe, 2019.

## NOTAS

1 Professora Associada de Literatura Portuguesa do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense. ORCID 0000-0002-7524-9623

2 Professora Adjunta do Centro de Comunicação, Letras e Artes da Universidade Federal de Roraima. ORCID 0000-0002-2175-4165